



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/10/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. SEM ASSUNTO.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	3
2.2. PRESIDÊNCIA.....	4 - 5
2.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	6
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
3.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. TJ-MA 200 ANOS.....	9
4.2. VARAS CRIMINAIS.....	10 - 11
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	12 - 13
5.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	14 - 15
5.3. VARAS CRIMINAIS.....	16
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	17
6.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	19
6.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	20 - 21
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CORREGEDOR.....	23 - 24
8.2. PRESIDÊNCIA.....	25
8.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	26 - 29

Oficial do CBM-MA se reúne com empresários em Bacabal para tratar de parcerias

O tenente coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Marcelo (CBM-MA), Henrique Spindola, reuniu empresários do município de Bacabal para tratar da instalação de uma unidade da Corporação naquela cidade. A expectativa é que isso ocorra até o final do mês de novembro.

De acordo com informações do oficial, designado pelo Comando da Corporação para coordenar o

projeto de implantação do Grupamento Operacional, a reunião teve como objetivo buscar parcerias das empresas, para o melhor funcionamento do quartel.

Além de um grande número de empresários, a reunião também contou com a presença da promotora Klícia Menezes e do juiz Celso Orlando Júnior, ambos da Comarca de Bacabal.

Semana passada, o comandante Geral do CBM-

MA, coronel João Vanderley Costa Pereira, acompanhado do tenente Jáder Costa e do major Silva Júnior, além do deputado federal Alberto Filho, esteve na cidade de Santa Cruz do Sul, interior do Rio Grande do Sul, onde visitou a sede da empresa que fabrica os mais modernos veículos de combate a incêndios e salvamento do Brasil.

Naquela cidade está sendo projetado e fabricado

o caminhão auto-bomba-tanque, que irá atender a Unidade do Corpo de Bombeiros de Bacabal. Até o final de novembro, tanto o caminhão, como uma ambulância, uma viatura tipo pick-up e demais equipamentos adquiridos por meio de emenda do deputado federal Alberto Filho, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) serão entregues, informou o comandante.

IX JORNADA JURÍDICA UNDB NO LUZEIROS



Em São Luís, a IX Jornada Jurídica da UNDB reuniu alguns dos maiores nomes do Direito nacional para discutir os 25 Anos da Constituição Brasileira, no Hotel Luzeiros.

Entre os palestrantes do encontro, nomes de peso como o Dr. Rafael Favetti, ex Ministro da Justiça; Dr. Emílio Peluso Neder Meyer, detentor do Prêmio Capes 2013 de melhor tese de Direito do ano de 2012; o Dr. Bernardo Gonçalves, autor do best-seller "Curso de Direito Constitucional" e a ex-procuradora geral da República Dra. Giselda Maria Hironaka, uma das maiores civilistas do país, com grandes contribuições prestadas ao Direito de Família e Sucessório; só para citarmos alguns nomes.

VILA NOVA DOS MARTÍRIOS

Ministério Público oferece denúncia contra ex-prefeito

A 6ª Promotoria de Justiça de Imperatriz ofereceu denúncia, no dia 14 de outubro, contra Edival Batista da Cruz, ex-prefeito de Vila Nova dos Martírios, no período de 2005 a 2008. O denunciado deixou de realizar a prestação de contas em convênio do município com a Secretaria de Estado das Cidades.

A conduta é tipificada como crime de responsabili-

dade e sujeita o ex-prefeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, conforme dispõe o decreto-lei 201/1967.

Firmado em 2005, o convênio, no valor de R\$ 350 mil, que tinha o objetivo de construir 50 casas populares, estabelecia a prestação de contas até 60 dias após a data de liberação da última

parcela transferida.

Devido ao descumprimento da obrigação, o município de Vila Nova dos Martírios, que é termo judiciário da Comarca de Imperatriz, foi incluído no cadastro de inadimplentes da Secretaria de Estado das Cidades, o que lhe impede de realizar outros convênios, além de obrigar-lhe a ressarcir os valores não apresentados.

Diante da situação, a

atual administração do município ajuizou Ação Civil de Reparação, que constatou a responsabilidade de Edival Batista pela inadimplência do convênio. "As investigações demonstram, ainda, que o réu ficou-se inerte, demonstrando seu profundo desrespeito pelo ordenamento jurídico", argumentou o promotor de justiça Albert Lages Mendes.

TJMA requisita recursos do governo para pagar precatórios pendentes de 2012

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro (foto), requisitou à governadora do Estado, Roseana Sarney, a adoção de providências para garantir recursos visando à regularização do pagamento dos precatórios pendentes relativos ao exercício de 2012. **PÁGINA 3**



 PROVIDÊNCIA

TJMA requisita recursos do governo para pagar precatórios

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro, requisitou à governadora do Estado, Roseana Sarney, a adoção de providências para garantir recursos visando à regularização do pagamento dos precatórios pendentes relativos ao exercício de 2012.

Segundo levantamento da Coordenadoria de Precatórios, o total da dívida a pagar, que corresponde ao valor que está sendo requisitado pelo TJMA, é da ordem de R\$128.490.439,40. Esse montante representa a soma dos valores a pagar em precatórios alimentares (R\$ 47.381.928,43) e precatórios de classificação geral (R\$ 91.921.085,47). Esse débito já deveria ter sido quitado até dezembro do ano passado, porque as requisições de pagamento deram entrada até o primeiro semestre de 2011.

O presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro, informou que os

valores disponibilizados nos últimos dois anos pelo Executivo ao Judiciário, para o pagamento das dívidas decorrentes de decisões judiciais, foram suficientes para quitar apenas os precatórios da ordem geral do exercício financeiro do ano de 2011 e poucos mais de um terço dos precatórios classificados como alimentares, dentre os vencidos no exercício financeiro de 2012.

A prestação de contas relativa à quitação do pagamento de precatórios do ano de 2012 demonstra que o Tribunal de Justiça quitou o montante de R\$ 13.798.838,60 referente aos precatórios alimentares do 1º ao 126º lugar na ordem cronológica de pagamento, que por lei deve ser obedecida pelo Judiciário. Já os precatórios de classificação geral daquele ano não foram pagos.

Até 31 de dezembro deste ano, o Estado deve depositar os valores referentes às dívidas judiciais cujas requisições de pagamento deram

entrada até 1º de julho de 2012. "A meta da presidência é encerrar o ano com todo o débito quitado, mas hoje só temos um saldo disponível de R\$ 10.812.574,50. Esse valor não é suficiente nem para pagar o próximo precatório alimentar da lista de prioridade, que é no valor aproximado de 12 milhões", explica o presidente do TJ.

A planilha publicada pelo Tribunal no portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br) demonstra o montante já disponibilizado aos credores, bem como o quantitativo ainda pendente de pagamento, além da relação discriminada de todos os precatórios quitados e dos vencidos e não pagos até 31 de dezembro de 2012, incluídos os procedimentos da classificação geral.

"A nossa preocupação é com os credores. Eles vêm aqui várias vezes, na esperança de receber o débito no prazo. Muitos são idosos e pessoas doentes. É uma frustração absurda, mas nós não

podemos fazer mais nada, a não ser esperar. Por isso estamos provocando, mais uma vez, a chefe do Executivo para que possamos resolver essa situação. Tudo está preparado para efetuar os pagamentos, dependendo, unicamente, do repasse do governo", declarou o juiz José Nilo Ribeiro, coordenador de precatórios do TJMA.

MUNICÍPIO - As dívidas relativas ao Município de São Luís estão sendo pagas por meio de parcelamento, porque o Executivo Municipal passou quatro anos sem repassar os créditos para quitação de precatórios e foi incluído no Regime Geral instituído pela Emenda Constitucional 62/2009, que determinou o parcelamento da dívida em até 15 anos. Nesse caso, o credor deve se sujeitar a uma lista geral de credores, cujo pagamento vai ser dar na proporção de 1/15 avos por ano. Podendo ser pago, de uma vez só, em um ano ou mais, dependendo do valor dos credores que o antecedem.

Prefeitura apresenta Serenata Histórica hoje

A Prefeitura de São Luís dará sequência, nesta quarta-feira (30), a partir das 19h, na Praça Benedito Leite (Centro), às apresentações do projeto Serenata Histórica. O Projeto, da Secretaria Municipal de Turismo (Setur), visa reunir turistas e comunidade local durante passeio pelas ruas do Centro Histórico de São Luís, acompanhado de música, história e apresentação teatral. O passeio será realizado a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras.

A apresentação tem início na Praça Benedito Leite, em frente à Central de Informações Turísticas da Setur, e segue com paradas no Palácio de La Ravardiére, Palácio dos



Leões, Rua de Nazaré e Tribunal de Justiça do Maranhão. No percurso músicas populares são apresentadas por músicos e cantores, juntamente com um guia turístico que apresenta as histórias e particularidades do Centro de São Luís.

Durante o percurso, o grupo Tramando Teatro apresenta performance baseada na Comédia Dell'arte, estilo teatral medieval, onde o público fica próximo às apresentações. As peças contam histórias como o amor proibido de Gonçalves Dias e Ana Amélia, a chegada de Jerônimo de Albuquerque, de Nossa Senhora da Vitória e as lendas da Manguda, Ana Jansen e de Dom Sebastião.

Fórum de São Luís instala sistema "drive thru" para entrega de petições

Instalado, na última terça-feira (29), no Fórum Des. Sarney Costa, o sistema "drive thru", para o recebimento de petições e documentos. Pelo sistema, os documentos podem ser entregues sem a necessidade de o usuário sair de seu carro. O serviço de Distribuição e Protocolo Expresso foi inaugurado pelo corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, acompanhado do diretor do fórum, juiz Sebastião Bonfim.

O novo serviço fica localizado em frente à entrada principal do fórum e funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. O limite de petição é duas por carro, e não serão

recebidos pedidos de urgência, como cautelares e liminares. Estes devem ser protocolados na Secretaria da Distribuição, porque requerem medidas urgentes.

Ao criar o sistema, o diretor considerou o aumento do fluxo de veículos e a necessidade de minimizar o impacto no estacionamento do fórum e também a necessidade de agilizar o recebimento de petições e documentos pela Distribuição.

Durante a cerimônia de inauguração, o corregedor parabenizou a direção do fórum pela iniciativa, destacando a importância do novo serviço, principalmente para os advogados e jurisdicionados. Segundo o

desembargador, além de oferecer comodidade ao usuário, o sistema vai dar agilidade ao serviço no fórum.

O porto de Distribuição e Protocolo Expresso é uma extensão da Secretaria de Distribuição do fórum. Segundo a secretária Anna Paula Cantanhede Azevedo, para garantir agilidade do atendimento, serão recebidas por vez somente duas petições por automóvel e atendidos apenas os usuários que estiverem em seus veículos. As petições devem ser iniciais e intermediárias, relacionadas aos processos judiciais que tramitam nas unidades jurisdicionais localizadas no Fórum de São Luís.

Conforme a Portaria nº 2881/2013, que criou o serviço, as petições do Protocolo Expresso devem ter o endereçamento do Juízo, número do processo e os documentos numerados. As petições intermediárias que originalmente seriam registradas nas secretarias judiciais deverão ser acompanhadas de uma segunda via para fins de registro no relógio-dador, que servirá de protocolo para o peticionante.

De acordo com o diretor, a existência do sistema não retira as atribuições da Secretaria da Distribuição e secretarias judiciais, ficando a critério do usuário utilizar esse novo serviço.

Serenata Histórica é atração no Centro nesta quarta-feira



Projeto visa reunir turistas e comunidade durante passeio

A Prefeitura de São Luís dará sequência, nesta quarta-feira (30), a partir das 19h, na Praça Benedito Leite (Centro), às apresentações do projeto Serenata Histórica. O Projeto, da Secretaria Municipal de Turismo (Setur), visa reunir turistas e comunidade local durante passeio pelas ruas do Centro Histórico de São Luís, acompanhado de música, história e apresentação teatral. O passeio será realizado a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras.

A apresentação tem início na Praça Benedito Leite, em frente à Central de Informações Turísticas da Setur, e segue com paradas no Palácio de La Ravardiére, Palácio dos Leões,

Rua de Nazaré e Tribunal de Justiça do Maranhão. No percurso músicas populares são apresentadas por músicos e cantores, juntamente com um guia turístico que apresenta as histórias e particularidades do Centro de São Luís.

Durante o percurso, o grupo Tramando Teatro apresenta performance baseada na Comédia Dell'arte, estilo teatral medieval, onde o público fica próximo às apresentações. As peças contam histórias como o amor proibido de Gonçalves Dias e Ana Amélia, a chegada de Jerônimo de Albuquerque, de Nossa Senhora da Vitória e as lendas da Manguda, Ana Jansen e de Dom Sebastião

200 anos

Já estão circulando os convites para a solenidade comemorativa dos 200 anos de fundação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O convite é assinado pelos desembargadores Guerreiro Junior, Maria dos Remédios Buna Magalhães e Cleones Carvalho Cunha.

A festa está marcada para a próxima segunda-feira, às 19h, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana.

Juiz condena a 21 anos assassinos de empresário

O juiz Francisco Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, em sentença proferida na sexta-feira (25), condenou os réus Alberto Salassier de Carvalho Neto e Jackieudson Silva Vale à pena de 21 anos e três meses de reclusão pelo assassinato do empresário Raimundo Tadeu Maciel Serra, ocorrido em dezembro de 2007.

A vítima era proprietária do restaurante Kibe e Cia, localizado na Ponta do Farol, próximo à entrada da Avenida Litorânea. Ele foi assassinado com um tiro de revólver dentro do estabelecimento, durante tentativa de assalto, na madrugada do dia 30 de dezembro de 2007.

O juiz Ronaldo Maciel acolheu a denúncia do Ministério Público, reconhecendo que Jackieudson Silva Vale teria sido o executor do crime e que o acusado Alberto Salassier de Carvalho Neto teria sido o mentor, além de ter fornecido a arma de fogo e dado fuga ao criminoso.

Na sentença, o magistrado argumentou haver provas ro-

bustas da autoria e da coautoria, de forma que não acolheu a tese de absolvição formulada pelo acusado Alberto Salassier de Carvalho Neto. Ressaltou ainda haver prova testemunhal de que o veículo que deu fuga ao acusado seria um pátio escuro, o qual, segundo testemunhas, foi visto na porta da casa do acusado Alberto Salassier.

“Todos os indícios de participação do acusado, ventilados durante a instrução, foram transformados em prova quando da instrução criminal, de forma que não tenho a menor dúvida da participação deste denunciado como coautor do delito”, afirmou Ronaldo Maciel.

Divulgação



Tadeu Serra, vítima de latrocínio

Preso traficante de droga membro da Bonde dos 40

Além de um homicídio, suspeito era procurado por sequestro de um empresário praticado na Praia de Panaquatira, no domingo

Biné Moraes

Investigadores do 7º Distrito Policial (Turu), em operação conjunta com policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar, prenderam na manhã de ontem no bairro Sol e Mar (área do Olho d'Água), Danrley Pereira Boas, conhecido como *Cargueiro*, de 18 anos, que, segundo as investigações, é suspeito de participação em homicídios na área da Vila Luizão, no tráfico de drogas e de um sequestro relâmpago contra um empresário no domingo (27).

“Por volta das 11h, em diligência na Rua 18, quadra 19, no Sol e Mar, conseguimos localizar e prender o *Cargueiro*. Sua prisão foi feita em cumprimento a uma ordem judicial, expedida pela 2ª Vara do Tribunal do Júri, visto que na noite do dia 12 de agosto ele matou a tiros, no bairro Vila Luizão, Natanael França Barros, o *Natan*, de 19 anos. A vítima era usuária de drogas e tinha dívidas com o suspeito”, informou o delegado Paulo Márcio Tavares.

Ainda de acordo com a polícia, *Cargueiro* seria integrante da facção criminosa Bonde dos 40. A comprovação de participação nas ações atribuídas à gangue, segundo o delegado, foi feita ao verificar que em seu aparelho celular havia uma foto dele segurando um cartaz com o nome do grupo. “Encontramos ainda vários contatos de outros membros da organização criminosa,



Danrley Pereira Boas, que foi preso ontem em ação da polícia no Sol e Mar

Mais

Além do sequestro relâmpago, praticado no veículo Gol branco roubado, *Cargueiro* foi ainda reconhecido por ter tomado de assalto, na região do Turu, outro automóvel, um modelo Logan vermelho de placas OIT-3582, que ainda não foi localizado. Em depoimento, Danrley Pereira Boas assumiu ter matado *Natan*, alegando que este, além de lhe dever, o teria ameaçado de morte.

e o próprio suspeito se exibindo”, acrescentou o titular do 7º DP.

Durante as investigações, a polícia descobriu que *Cargueiro* é cúmplice dos agora presidiários identificados como *Extremo*, *Rafaelzinho*, *Orelha*, Wagner e

Alex, todos apontados como autores da morte do proprietário de quitinetes Luís Nunes Costa, conhecido como Luís Cohama, de 56 anos, crime ocorrido no dia 19 de agosto, na Divineia. Além disso, o suspeito foi reconhecido como autor de um sequestro relâmpago contra um empresário.

“A vítima, que não quer ser identificada, foi surpreendida pelo suspeito e mais dois adolescentes de 16 anos, na tarde de domingo (27), na Praia de Panaquatira. Os bandidos estavam em um veículo Gol branco, sem placas. Eles amarraram o empresário e em seguida praticaram vários assaltos com o carro da vítima, que só foi liberada no período da noite, no município de Paço do Lumiar. Vale lembrar que os dois adolescentes têm passagens pela polícia”, completou Tavares.

TJMA COBRA AO GOVERNO DO MARANHÃO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS PENDENTES

O total da dívida a pagar, que corresponde ao valor que está sendo requisitado pelo TJMA, é da ordem de R\$128.490.439,40

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro, requisitou à governadora do Estado, Roseana Sarney, a adoção de providências para garantir recursos visando à regularização do pagamento dos precatórios pendentes relativos ao exercício de 2012. Segundo levantamento da Coordenadoria de Precatórios, o total da dívida a pagar, que corresponde ao valor que está sendo requisitado pelo TJMA, é da ordem de R\$128.490.439,40. **(Página 12)**



**Desembargador Guerreiro Júnior,
presidente do TJMA**

TJMA cobra ao Governo do Maranhão pagamento de precatórios pendentes

O total da dívida a pagar, que corresponde ao valor que está sendo requisitado pelo TJMA, é da ordem de R\$128.490.439,40



Desembargador Guerreiro Júnior, presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro, requisitou à governadora do Estado, Roseana Sarney, a adoção de providências para garantir recursos visando à regularização do pagamento dos precatórios pendentes relativos ao exercício de 2012.

Segundo levantamento da Coordenadoria de Precatórios, o total da dívida a pagar, que corresponde ao valor que está sendo requisitado pelo TJMA, é da ordem de R\$128.490.439,40. Esse montante representa a soma dos valores a pagar em precatórios alimentares (R\$ 47.381.928,43) e precatórios de classificação geral (R\$ 91.921.085,47). Esse débito já deveria ter sido quitado

até dezembro do ano passado, porque as requisições de pagamento deram entrada até o primeiro semestre de 2011.

O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro, informou que os valores disponibilizados nos últimos dois anos pelo Executivo ao Judiciário, para o pagamento das dívidas decorrentes de decisões judiciais, foram suficientes para quitar apenas os precatórios da ordem geral do exercício financeiro do ano de 2011 e poucos mais de um terço dos precatórios classificados como alimentares, dentre os vencidos no exercício financeiro de 2012.

A prestação de contas relativa à quitação do pagamento de precatórios do ano de 2012 demonstra que o Tribunal de Justiça

quitou o montante de R\$ 13.798.838,60 referente aos precatórios alimentares do 1º ao 126º lugar na ordem cronológica de pagamento, que por lei deve ser obedecida pelo Judiciário. Já os precatórios de classificação geral daquele ano não foram pagos.

PRAZO - Até 31 de dezembro deste ano, o Estado deve depositar os valores referentes às dívidas judiciais cujas requisições de pagamento deram entrada até 1º de julho de 2012. "A meta da presidência é encerrar o ano com todo o débito quitado, mas hoje só temos um saldo disponível de R\$ 10.812.574,50. Esse valor não é suficiente nem para pagar o próximo precatório alimentar da lista de prioridade, que é no valor aproximado de 12 milhões", explica o

presidente do TJ.

A planilha publicada pelo Tribunal no portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br) demonstra o montante já disponibilizado aos credores, bem como o quantitativo ainda pendente de pagamento, além da relação discriminada de todos os precatórios quitados e dos vencidos e não pagos até 31 de dezembro de 2012, incluídos os procedimentos da classificação geral.

"A nossa preocupação é com os credores. Eles vêm aqui várias vezes, na esperança de receber o débito no prazo. Muitos são idosos e pessoas doentes. É uma frustração absurda, mas nós não podemos fazer mais nada, a não ser esperar. Por isso estamos provocando, mais uma vez, a chefe do Executivo para que possamos resolver essa situação. Tudo está preparado para efetuar os pagamentos, dependendo, unicamente, do repasse do governo", declarou o juiz José Nilo Ribeiro, coordenador de precatórios do TJMA.

MUNICÍPIO - As dívidas relativas ao Município de São Luís estão sendo pagas por meio de parcelamento, porque o Executivo Municipal passou quatro anos sem repassar os créditos para quitação de precatórios e foi incluído no Regime Geral instituído pela Emenda Constitucional 62/2009, que determinou o parcelamento da dívida em até 15 anos. Nesse caso, o credor deve se sujeitar a uma lista geral de credores, cujo pagamento vai ser dar na proporção de 1/15 avos por ano. Podendo ser pago, de uma vez só, em um ano ou mais, dependendo do valor dos credores que o antecedem.

Página 04

CULTURA

Prefeitura apresenta Serenata Histórica nesta quarta-feira

A Prefeitura de São Luís dará sequência, nesta quarta-feira (30), a partir das 19h, na Praça Benedito Leite (Centro), às apresentações do projeto Serenata Histórica.

Prefeitura apresenta Serenata Histórica nesta quarta-feira

O Projeto visa reunir turistas e comunidade local durante passeio pelas ruas do Centro Histórico de São Luís, acompanhado de música, história e apresentação teatral



O passeio será realizado a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras

A Prefeitura de São Luís dará sequência, nesta quarta-feira (30), a partir das 19h, na Praça Benedito Leite (Centro),

às apresentações do projeto Serenata Histórica. O Projeto, da Secretaria Municipal de Turismo (Setur), visa reunir turis-

tas e comunidade local durante passeio pelas ruas do Centro Histórico de São Luís, acompanhado de música, his-

tória e apresentação teatral. O passeio será realizado a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras.

A apresentação tem início na Praça Benedito Leite, em frente à Central de Informações Turísticas da Setur, e segue com paradas no Palácio de La Ravardiére, Palácio dos Leões, Rua de Nazaré e Tribunal de Justiça do Maranhão. No percurso músicas populares são apresentadas por músicos e cantores, juntamente com um guia turístico que apresenta as histórias e particularidades do Centro de São Luís.

Durante o percurso, o grupo Tramando Teatro apresenta performance baseada na Comédia Dell'arte, estilo teatral medieval, onde o público fica próximo às apresentações. As peças contam histórias como o amor proibido de Gonçalves Dias e Ana Amélia, a chegada de Jerônimo de Albuquerque, de Nossa Senhora da Vitória e as lendas da Mangudá, Ana Jansen e de Dom Sebastião.

CODÓ

Acusados de homicídios são condenados

O juiz Cândido José Martins de Oliveira presidiu na última semana, duas sessões do Tribunal do Júri na 2ª Vara da Comarca de Codó. No primeiro julgamento, o réu era Antônio Marcos Gonzaga, acusado de ter matado uma criança de dois anos. No outro júri, o réu era Antônio Carlos dos Santos Alvim, acusado de crime de homicídio praticado contra Ro-

nes Manoel Fonteles.

No primeiro caso, o julgamento era esperado pela população por se tratar de um crime de grande repercussão na cidade. O fato deu-se em outubro de 2010. Antônio Marcos Gonzaga teria matado a criança, que estava no colo da mãe, sendo amamentada. Ela havia discutido com Claudenor Damasceno,

o pai da pequena vítima.

Antônio Marcos desferiu três golpes de facão na criança, que ainda chegou a ser levada ao hospital, mas não resistiu e faleceu. Ele foi condenado a 24 anos de prisão, pena a ser cumprida inicialmente em regime fechado, na penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

No outro julgamento, o réu

Antônio Carlos dos Santos Alvim era acusado de ter matado Rones Manoel Fonteles a tiros de revólver. O crime ocorreu em agosto de 2008 e os tiros disparados pelo acusado atingiram a cabeça e o tórax da vítima. Antônio Carlos foi condenado a 6 anos de reclusão, pena a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto em Pedrinhas.

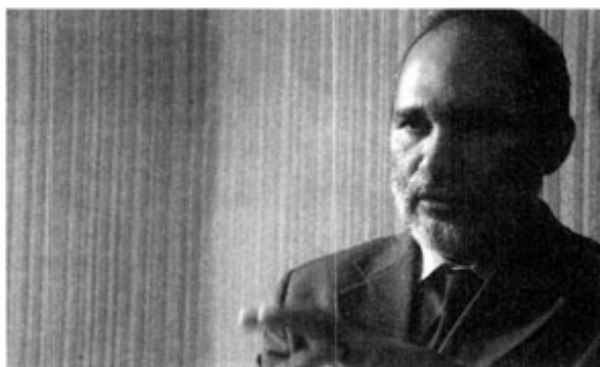
OAB se reúne para discutir segurança e criminalidade

SANDRA VIANA

O papel dos agentes da segurança pública e a participação das instituições e sociedade no combate ao crime no Maranhão. Com este foco, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) promoverá audiência para o próximo mês, em data a ser confirmada, a fim de debater a questão, após moradores reclamarem à Comissão da ausência dos agentes da segurança no atendimento às demandas. "A preocupação nossa, das demais entidades e sociedade é saber as ferramentas que o sistema de segurança possui para conter essa onda de violência no estado", disse o presidente da Comissão, Luís Antônio Pedrosa.

O advogado cita ainda o que classifica de colapso na segurança pública com a situação em que se encontra o sistema prisional. O objetivo, enfatiza, é discutir a segurança nos presídios e a do cidadão nas ruas. Pedrosa lembra ação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que também propôs medidas de combater a criminalidade, em reunião mês passado, com órgãos da segurança e Ministério Público (MP). O resultado será a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as entidades com fins ao trabalho em parceria. Para o presidente da Comissão, uma medida que não resolve as questões do sistema de segurança.

"Podemos contribuir com essa iniciativa, que é importante, mas de pequeno efeito prático em relação ao problema", afirma. Em sua avaliação, é preciso discutir temas os quais os gestores têm se recusado, como orçamento, o porquê da não realização de concursos públicos e a estruturação das polícias. "São questões que, de fato, vão impactar na redução da criminalidade", justifica. Está prevista outra reunião, dia 7 de novembro, para debater o tema, convocada pelo secretário estadual de Se-



Pedrosa acredita que população pode contribuir denunciando

gurança (SSP), Aluísio Mendes, e o titular da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa. A reportagem tentou contato com ambos os secretários, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

Problemas na estrutura

No que se refere ao papel das instituições de Justiça, a exemplo da OAB, no combate ao crime, Pedrosa avalia não haver abertura para ações efetivas. "A lei é feita pelos políticos e o sistema de segurança existe a partir de uma gestão política. As instituições têm pouca margem de atuação para efetivar essas leis", disse. Ele argumenta que as instituições não podem forçar atitudes das gestões quando há alegação de falta de orçamento e vive-se um modelo de gestão sem controle e participação social. "Por isso, há questões que, por vezes, podem ser atribuídas à Justiça ou à falta de ação das instituições, mas são problemas da gestão", enfatiza.

Pedrosa cita o caso do assassinato do jornalista Décio Sá que, em sua avaliação, desde a formação do inquérito, não teria atingido todos os envolvidos e forma como vem sendo tratado no Judiciário irá culminar na absolvição dos que possuírem maior poder político e econômico. "Como sabemos que ocorre em todas as situações".



Por isso, há questões que, por vezes, podem ser atribuídas à Justiça ou à falta de ação das instituições, mas são problemas da gestão

Luís Antônio Pedrosa,
presidente da Comissão
de Direitos Humanos
da OAB

SISTEMA

Fórum instala "drive thru" para entrega de petições

Instalado ontem no Fórum Des. Sarney Costa o sistema "drive thru", para o recebimento de petições e documentos. Pelo sistema, os documentos podem ser entregues sem a necessidade de o usuário sair de seu carro. O serviço de Distribuição e Protocolo Expresso foi inaugurado pelo corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, acompanhado do diretor do fórum, juiz Sebastião Bonfim.

O novo serviço fica localizado em frente à entrada principal do fórum e funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. O limite de petição é duas por carro, e não serão recebidos pedidos de urgência, como cautelares e liminares. Estes devem ser protocolados na Secretaria da Distribuição, porque requerem medidas urgentes.

Ao criar o sistema, o diretor considerou o aumento do fluxo de veículos e a necessidade de minimizar o impacto no estacionamento do fórum e também a necessidade de agilizar o recebimento de petições e documentos pela Distribuição.

Durante a cerimônia de inauguração, o corregedor parabenizou a direção do fórum pela iniciativa, destacando a importância do novo serviço, principalmente para os advogados e jurisdicionados. Segundo o desembargador, além de oferecer comodidade ao usuário, o sistema vai dar agilidade ao serviço no fórum.

O porto de Distribuição e Protocolo Expresso é uma extensão da Secretaria de Distribuição do fórum. Segundo a secretária Anna Paula Cantanhede Azevedo, para

garantir agilidade do atendimento, serão recebidas por vez somente duas petições por automóvel e atendidos apenas os usuários que estiverem em seus veículos. As petições devem ser iniciais e intermediárias, relacionadas aos processos judiciais que tramitam nas unidades jurisdicionais localizadas no Fórum de São Luís.

Conforme Portaria nº 2881/2013, que criou o serviço, as petições do Protocolo Expresso devem ter o endereçamento do Juízo, número do processo e os documentos numerados. Petições intermediárias que originalmente seriam registradas nas secretarias judiciais deverão ser acompanhadas de uma segunda via para fins de registro no relógio-datador, que servirá de protocolo para o peticionante.



Desembargador Cleones Cunha participou da inauguração do serviço de Distribuição e Protocolo Expresso



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP N. 46/2013**

A Pregoeira Oficial da Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Maranhão - torna público aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO, do tipo PRESENCIAL, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, na forma seguinte: **OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para reforma de estofados da Seção Judiciária do Maranhão. ABERTURA DA SESSÃO: em 13 de novembro de 2013, às 16h00min (horário de Brasília/DF), no auditório Padre Antônio Vieira, edifício sede, térreo, Avenida Vitorino Freire, 300, Arcinha, São Luís - MA. EDITAL: à disposição dos interessados na Seção de Compras e Licitações - SECOM, no 1º andar do Anexo II da Seção Judiciária do Maranhão, localizada na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Arcinha, nesta capital, no horário das 09h00 às 18h00 - horário local, ou através da internet, nos sites www.comprasnet.gov.br ou www.ma.trf1.jus.br. DEMAIS INFORMAÇÕES: Fone: 3214-5754**

São Luís-MA, 28 de outubro de 2013.

**Maria do Rosário Everton Álvares
Pregoeira da Justiça Federal**

Serenata Histórica

A Prefeitura de São Luís dará sequência, nesta quarta-feira (30), a partir das 19h, na Praça Benedito Leite (Centro), às apresentações do Projeto Serenata Histórica. A apresentação tem início na Praça Benedito Leite, em frente à Central de Informações Turísticas da Setur, e segue para o Palácio de La Ravardiére, Palácio dos Leões, Rua de Nazaré e Tribunal de Justiça do Maranhão. No percurso músicas populares são apresentadas por músicos e cantores. Durante o percurso, o grupo Tramando Teatro apresenta performance baseada na Comédia Dell'arte, estilo teatral medieval, onde o público fica próximo às apresentações.

PEÇA

Hoje é dia de serenata no Centro de SL

A Prefeitura de São Luís dará sequência, hoje, a partir das 19h, na Praça Benedito Leite (Centro), às apresentações do projeto Serenata Histórica. O Projeto, da Secretaria Municipal de Turismo (Setur), visa reunir turistas e comunidade local durante passeio pelas ruas do

Centro Histórico de São Luís, acompanhado de música, história e apresentação teatral. O passeio será realizado a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras.

A apresentação tem início na Praça Benedito Leite, em frente à Central de Informações Turísticas da Setur, e segue com

paradas no Palácio de La Ravardiére, Palácio dos Leões, Rua de Nazaré e Tribunal de Justiça do Maranhão. No percurso, músicas populares são apresentadas por músicos e cantores, juntamente com um guia turístico que apresenta as histórias e particularidades do Centro de São Luís.

Durante o percurso, o grupo Tramando Teatro apresenta performance baseada na Comédia Dell'arte, estilo teatral medieval, onde o público fica próximo às apresentações. As peças contam histórias, como o amor proibido de Gonçalves Dias e Ana Amélia, a chegada de Jerônimo de Albuquerque, de Nossa Senhora da Vitória e as lendas da Manguda, Ana Jansen e de Dom Sebastião.



Grupo Tramando Teatro irá apresentar performance baseada na Comédia Dell'arte em estilo medieval

Poder Judiciário

TRT-MA se prepara para a VIII Semana Nacional da Conciliação

Já está disponível, no site do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), o agendamento digital para os advogados que desejam fazer acordo durante a VIII Semana Nacional de Conciliação do Poder Judiciário, que vai ocorrer no período de 02 a 06 de dezembro deste ano, em todo o território nacional.

Com o slogan "Quem concilia sempre sai ganhando", a Semana é uma realização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com todos os tribunais brasileiros, que selecionarão processos com possibilidade de acordo, colocando-os em pauta para tentativa de solucionar o conflito entre as partes de forma negociada.

A Campanha Nacional de Conciliação acontece deste o ano de 2006, e ocorre anualmente, com o auxílio de juízes, servidores e conciliadores. O objetivo é disseminar a cultura da paz e do diálogo, para proporcionar às partes conciliação em seus processos.

De acordo com dados do relatório da Coordenação do Comitê Gestor do Movimen-

to Permanente pela Conciliação, referente ao exercício de 2011 a 2013, durante as Semanas Nacionais de Conciliação de 2006 a 2012 foram realizadas 1.944.949 audiências e homologados 916.916 acordos, cujos valores somaram R\$ 5,3 bilhões. Desse total, 184.302 acordos foram homologados na Justiça do Trabalho.

« *Fiquei muito contente de encontrar os juízes, todos trabalhando, comprometidos com o seu dever, como tem que ser”, destacou o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, que dá continuidade às suas visitas às comarcas do interior do Maranhão.*

Corregedor visita mais três comarcas do interior do estado

Com o objetivo de avaliar a prestação jurisdicional e conhecer os prédios onde funcionam os fóruns, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, dá continuidade às suas visitas às comarcas do interior do Maranhão. Nas últimas quinta e sexta-feira, dias 25 e 26 de outubro, ele visitou as comarcas de Barão de Grajaú, Loreto e Passagem Franca.

De acordo com o corregedor, os juízes titulares das três comarcas estão desenvolvendo trabalhos excelentes. “Os juízes das três comarcas estão de parabéns pelo trabalho nas suas unidades judiciais. A população dessas comarcas pode ficar tranquila porque está sendo muito bem atendida”, declarou.

Em Barão de Grajaú, o juiz titular é Iran Kurban Filho, em Loreto, o juiz é Marco Aurélio Veloso e em Passagem Franca, o juiz é David Mourão Meneses.

Os fóruns, segundo o corregedor Cleones Cunha, estão todos atendendo bem aos jurisdicionados e oferecem conforto aos servidores e magistrados. São todos prédios próprios do Poder Judiciário.

Outro ponto positivo elencado pelo corregedor durante essa viagem foi passar por outras comarcas durante os trajetos entre as três comarcas e encontrar todos os juízes titulares trabalhando. “Fiquei muito contente de encontrar os juízes, todos trabalhando, comprometidos com o seu dever, como tem que ser”, destacou o corregedor.

Guerreiro requisita recursos do governo para pagar precatórios

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro, requisitou à governadora Roseana Sarney a adoção de providências

para garantir recursos visando à regularização do pagamento dos precatórios pendentes relativos ao exercício de 2012.

PÁGINA 7 [C1]

TJ requisita recursos do governo para pagar precatórios pendentes de 2012

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antonio Guerreiro, requisitou à governadora do Estado, Roseana Sarney, a adoção de providências para garantir recursos visando à regularização do pagamento dos precatórios pendentes relativos ao exercício de 2012.

Segundo levantamento da Coordenadoria de Precatórios, o total da dívida a pagar, que corresponde ao valor que está sendo requisitado pelo TJ-MA, é da ordem de R\$ 128.490.439,40. Esse montante representa a soma dos valores a pagar em precatórios alimentares (R\$ 47.381.928,43) e precatórios de classificação geral (R\$ 91.921.085,47). Esse débito já deveria ter sido quitado até dezembro do ano passado, porque as requisições de pagamento deram entrada até o primeiro semestre de 2011.

O presidente do TJ-MA, desembargador Antonio Guerreiro, informou que os valores disponibilizados nos últimos dois anos pelo Executivo ao Judiciário, para o pagamento das dívidas decorrentes de decisões judiciais, foram suficientes para quitar apenas os precatórios da ordem geral do exercício financeiro do ano de 2011 e poucos mais de um terço dos precatórios classificados como alimentares, dentre os vencidos no exercício financeiro de 2012.

A prestação de contas relativa à quitação do pagamento de precatórios do ano de 2012 demonstra



GUERREIRO PEDIU providências à governadora para garantir recursos

que o Tribunal de Justiça quitou o montante de R\$ 13.798.838,60 referente aos precatórios alimentares do 1º ao 126º lugar na ordem cronológica de pagamento, que por lei deve ser obedecida pelo Judiciário. Já os precatórios de classificação geral daquele ano não foram pagos.

Até 31 de dezembro deste ano, o Estado deve depositar os valores referentes às dívidas judiciais cujas requisições de pagamento deram entrada até 1º de julho de

2012.

"A meta da presidência é encerrar o ano com todo o débito quitado, mas hoje só temos um saldo disponível de R\$ 10.812.574,50. Esse valor não é suficiente nem para pagar o próximo precatório alimentar da lista de prioridade, que é no valor aproximado de 12 milhões", explica o presidente do TJ.

A planilha publicada pelo Tribunal no portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br) demonstra

o montante já disponibilizado aos credores, bem como o quantitativo ainda pendente de pagamento, além da relação discriminada de todos os precatórios quitados e dos vencidos e não pagos até 31 de dezembro de 2012, incluídos os procedimentos da classificação geral.

"A nossa preocupação é com os credores. Eles vêm aqui várias vezes, na esperança de receber o débito no prazo. Muitos são idosos e pessoas doentes. É uma frustração absurda, mas nós não podemos fazer mais nada, a não ser esperar. Por isso estamos provocando, mais uma vez, a chefe do Executivo para que possamos resolver essa situação. Tudo está preparado para efetuar os pagamentos, dependendo, unicamente, do repasse do governo", declarou o juiz José Nilo Ribeiro, coordenador de precatórios do TJ-MA.

Município – As dívidas relativas ao Município de São Luís estão sendo pagas por meio de parcelamento, porque o Executivo Municipal passou quatro anos sem repassar os créditos para quitação de precatórios e foi incluído no Regime Geral instituído pela Emenda Constitucional 62/2009, que determinou o parcelamento da dívida em até 15 anos. Nesse caso, o credor deve se sujeitar a uma lista geral de credores, cujo pagamento vai ser dar na proporção de 1/15 avos por ano. Podendo ser pago, de uma vez só, em um ano ou mais, dependendo do valor dos credores que o antecedem.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA SEXTA VARA CÍVEL
Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau - 6º andar
Cep : 65076-820 - São Luís - Ma
FONE.: 98.3194-5483/secretaria_6a@tjma.jus.br.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROC. Nº. 14366-71.2012.8.10.0001 (153202012).

AÇÃO: PROCEDIMENTO SUMÁRIO .

AUTOR: CEUMA- ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.

RÉU: ALEX CHRISTIANO DE BRITO ALVES

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, Fica citado o Requerido: **ALEX CHRISTIANO DE BRITO ALVES**, atualmente em lugar incerto e não sabido, **Para comparecer na sala das audiências deste juízo no dia 15 de outubro de 2013, às 10:15 horas, para realização da Audiência Conciliação.**(art. 277 do CPC) Nos autos da Ação de Procedimento Sumário N.º 15320.2012, em que : **Ceuma-Associação de Ensino Superior** move contra **Alex Christiano de Brito Alves**. Caso não seja alcançada a conciliação, deverá oferecer o Réu, na própria audiência, resposta escrita ou oral, assim como as partes deverão observar as regras pertinentes ao feito com rito sumário. Advertindo-o que caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceito pelo requerido como verdadeiros todos os fatos articulados pela requerente, "ex-vi" do art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. Cumpra-se com observância legal. Cientificando-o que esta Secretaria e Juízo funcionam na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís - MA. Forum des. Sarney Costa, CEP.: 65.076-820. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 10 (dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e treze (2013). Eu, _____Secretária, digitei e subscrevo.


WILSON MANOEL DE FREITAS FILHO
Juiz Auxiliar resp.p/ da 6ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA SEXTA VARA CÍVEL
Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau - 6º andar
Cep : 65076-820 - São Luís - Ma
FONE.: 98.3194-5483/secretaria_6a@tjma.jus.br.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROC. Nº. 14366-71.2012.8.10.0001 (153202012).

AÇÃO: PROCEDIMENTO SUMÁRIO .

AUTOR: CEUMA- ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.

RÉU: ALEX CHRISTIANO DE BRITO ALVES

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, Fica citado o Requerido: **ALEX CHRISTIANO DE BRITO ALVES**, atualmente em lugar incerto e não sabido, **Para comparecer na sala das audiências deste juízo no dia 15 de outubro de 2013, às 10:15 horas, para realização da Audiência Conciliação.**(art. 277 do CPC) Nos autos da Ação de Procedimento Sumário N.º 15320.2012, em que : **Ceuma-Associação de Ensino Superior** move contra **Alex Christiano de Brito Alves**. Caso não seja alcançada a conciliação, deverá oferecer o Réu, na própria audiência, resposta escrita ou oral, assim como as partes deverão observar as regras pertinentes ao feito com rito sumário. Advertindo-o que caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceito pelo requerido como verdadeiros todos os fatos articulados pela requerente, "ex-vi" do art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. Cumpra-se com observância legal. Cientificando-o que esta Secretaria e Juízo funcionam na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís - MA. Forum des. Sarney Costa, CEP.: 65.076-820. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 10 (dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e treze (2013). Eu, _____ Secretária, digitei e subscrevo.


WILSON MANOEL DE FREITAS FILHO
Juiz Auxiliar resp.p/ da 6ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma

EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº. 5868-83.2012.8.10.0001 (61182012)

AÇÃO: Procedimento Sumário


REQUERENTE: CEUMA - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR

REQUERIDA: VANIA LUCIA MARTINS

O Excelentíssimo Senhor Wilson Manoel de Freitas Filho, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luis, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADO** a parte requerida, **VANIA LUCIA MARTINS**, atualmente em lugar incerto e não sabido, **para pagar no prazo de 03 (três) dias a importância de R\$ 4.788,82 (Quatro mil e setessentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos)**, e mais despesas jurídicas. Cientificando que o prazo para oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito **DESPACHO** : "Tendo em vista a certidão do meirinho às fls. 40 que informa que deixou de intimar por haver moradora diversa da ré no endereço indicado, a requerente pugna pela citação por edital, o que foi deferido pelo MM Juiz. Assim, que sejam adotadas as providências para a realização da citação por edital.

O que se **CUMPRÁ** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luis, Estado do Maranhão, aos 20 de maio de 2013. Eu  Liana Alves Luciano, Secretária Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.


WILSON MANOEL DE FREITAS FILHO
Juiz Auxiliar resp. pela 6ª Vara Cível


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
E2 Rua Professor Carlos Cunha, S/N - Calhau, 6º andar
CEP.: 65.076-820 - São Luís - MA
☎ (098) 3194-5498

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 21258-35.2008.8.10.0001
Denominação : CONDENATÓRIA
Parte(s) Requerente(s) : JOCELINO FERNANDES PINHEIRO
Parte(s) Requerida (s) : SANDRA REGINA VINHAL

Citando(a) (s): SANDRA REGINA VINHAL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da pessoa acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 4 de outubro de 2012.


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível